

FICHA TÉCNICA

Título original: *Who Rules the World?*

Autor: *Noam Chomsky*

Copyright © 2016 by L. Valéria Galvão-Wasserman-Chomsky

Todos os direitos reservados

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2016

Tradução: *Manuel Alberto Vieira*

Revisão: *Ana Albuquerque/Editorial Presença*

Imagem da capa: *Shutterstock*

Capa: *Catarina Sequeira Gaeiras/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

1.^a edição, Lisboa, setembro, 2016

Depósito legal n.º 413 828/16

Excertos deste livro surgiram anteriormente, em formatos diferentes, nas seguintes publicações: *Al-Akhbar, Boston Review, Chomsky.info, CNN.com, Mondoweiss, The New York Times syndicate, The Oslo Accords: A Critical Assessment (Peter Bauck e Mohammed Omer, eds.), TomDispatch e Z Magazine.*

Reservados todos os direitos
para a língua portuguesa (exceto Brasil) à
EDITORIAL PRESENÇA
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena
info@presenca.pt
www.presenca.pt

ÍNDICE

Introdução	9
1 – A Responsabilidade dos Intelectuais: Uma Revisitação	15
2 – Terroristas Procurados em Todo o Mundo	34
3 – Os Memorandos da Tortura e a Amnésia Histórica	45
4 – A Mão Invisível do Poder	61
5 – O Declínio Norte-Americano: Causas e Consequências	77
6 – Terão os Estados Unidos Conhecido o Seu Fim?	89
7 – A Magna Carta: O Seu Destino e o Nosso	109
8 – A Semana em que o Mundo Permaneceu Imóvel	128
9 – Os Acordos de Oslo: Contexto e Consequências	146
10 – A Véspera da Destruição	160
11 – Israel-Palestina: As Verdadeiras Opções	168
12 – «Nada para os Outros»: A Guerra de Classes nos Estados Unidos	177
13 – A Segurança de Quem? A Autoproteção de Washington e o seu Apoio ao Setor Empresarial	184
14 – Afronta	199
15 – Quantos Minutos para a Meia-Noite?	219

16 – Cessar-Fogos Nos Quais as Violações Nunca Cessam	230
17 – Os Estados Unidos São Uma das Principais Nações Terroristas	240
18 – O Passo Histórico de Obama	245
19 – Duas Interpretações Possíveis	252
20 – Um Dia na Vida de Um Leitor do <i>New York Times</i>	257
21 – «A Ameaça Iraniana»: Quem Representa o Maior Perigo para a Paz Mundial?	262
22 – O Relógio do Juízo Final	276
23 – Os Senhores da Humanidade	286
NOTAS	309

INTRODUÇÃO

A questão que o título do presente livro coloca não tem uma resposta simples e definitiva. O mundo é demasiado diverso, demasiado complexo, para que tal seja possível. No entanto, não é difícil reconhecer as acentuadas diferenças na capacidade de influência sobre as questões mundiais e identificar os mais destacados e influentes atores.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram-se, a larga distância dos demais, como a nação primeira entre desiguais — posição que ainda hoje ocupam. Continuam, em larga medida, a ditar os termos por que se rege o discurso global acerca de uma série de preocupações, que vão desde o conflito israelo-palestiniano, o Irão, a América Latina, a «guerra contra o terrorismo», a organização económica internacional, os direitos, a justiça e assuntos afins, até às questões fundamentais da sobrevivência da civilização (a guerra nuclear e a destruição ambiental). Todavia, o seu poder tem vindo a diminuir desde o ano de 1945, altura em que atingiu um auge sem precedentes. E, com o inevitável declínio, o poder de Washington passou a ser, até certo ponto, partilhado no contexto do «verdadeiro governo mundial» dos «senhores do universo» — para utilizar os termos inaugurados pela imprensa de negócios e que dizem respeito às principais potências capitalistas (os países do G7), bem como às instituições por elas controladas na «nova era imperialista», como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional e as organizações internacionais de comércio.¹

Como é evidente, os «senhores do universo» estão muito longe de representar as populações das potências dominantes. Mesmo nos Estados mais democráticos, as populações têm um impacto limitado nas decisões políticas. Nos Estados Unidos, investigadores proeminentes reuniram dados consistentes que permitiram concluir que «as elites económicas e os grupos organizados que representam interesses económicos exercem um considerável impacto independente na política governamental dos EUA, ao passo que o cidadão médio e os grupos de interesse baseados nas massas exercem pouca ou nenhuma influência independente». Os resultados dos seus estudos, concluem os autores, «apontam para uma sustentação considerável das teorias do Predomínio da Elite Económica e das teorias do Pluralismo Tendencioso, mas não das teorias da Democracia Eleitoral Maioritária ou do Pluralismo Maioritário». Outros estudos demonstraram que a vasta maioria da população, situada no ponto mais baixo da escala de rendimento/riqueza, é efetivamente excluída do sistema político e as suas opiniões e atitudes são ignoradas pelos seus representantes formais, ao mesmo tempo que um setor ínfimo, situado no topo da escala, exerce uma influência avassaladora; e revelaram também que, no decurso de um período longo, o financiamento das campanhas eleitorais constitui um extraordinariamente fiável veículo de previsão das escolhas políticas.²

Uma das consequências consiste na chamada apatia: a indiferença do cidadão perante o voto — algo que está fortemente associado à correlação de classes. Razões prováveis para o fenómeno foram discutidas, há trinta e cinco anos, por um dos principais estudiosos no campo da política eleitoral, Walter Dean Burnham. Este destacado académico relacionou a abstenção com uma «crucial peculiaridade comparativa do sistema político norte-americano: a total ausência de um partido socialista ou trabalhista de massas que se assumisse como concorrente organizado no mercado eleitoral», um aspeto que, segundo o próprio, explica em larga medida «as taxas de abstenção que traduzem uma distribuição assimétrica de classes», bem como a minimização da importância de opções políticas que poderiam ser alvo de apoio da população geral, mas

que são contrárias aos interesses das elites. Tais observações são aplicáveis ao tempo presente. A partir de uma análise rigorosa das eleições de 2014, Burnham e Thomas Ferguson demonstram que as taxas de afluência às urnas «se assemelham às do início do século XIX», altura em que o direito ao voto era praticamente exclusivo dos cidadãos do sexo masculino proprietários de terras. Concluíram que «tanto os dados resultantes da votação direta como o senso comum confirmam que um elevado número de norte-americanos revela, agora, desconfiança em relação aos dois principais partidos políticos e uma preocupação crescente quanto às perspetivas de futuro a longo prazo. Muitos estão convencidos de que a política é controlada por um grupo restrito de grandes interesses. Anseiam por uma intervenção eficaz no sentido de inverter o declínio económico a longo prazo e a descontrolada desigualdade económica, mas acreditam que tais desejos não serão correspondidos à escala necessária por nenhum dos principais partidos norte-americanos movidos pelo dinheiro. O único desfecho provável é a aceleração da desintegração do sistema político, evidente nas eleições para o Congresso em 2014».³

Na Europa, o declínio da democracia não é menos flagrante, com a transição da tomada de decisões sobre aspetos cruciais para a burocracia de Bruxelas e para as potências financeiras que em grande medida representa. O seu menosprezo pela democracia ficou bem patente em julho de 2015, aquando da reação feroz à ideia de o povo grego poder ter voz na determinação do destino da sua sociedade, desfeita pelas brutais políticas de austeridade da troika — a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional (especificamente os atores políticos do FMI, não os seus economistas, que se mostraram críticos face às políticas destrutivas). Estas políticas de austeridade foram impostas com base no propósito publicamente assumido de reduzir a dívida da Grécia. No entanto, a verdade é que a aumentaram em relação ao PIB, ao mesmo tempo que o tecido social grego era deixado em farrapos e a Grécia servia de canal de transmissão de resgates financeiros para bancos franceses e alemães que faziam empréstimos arriscados.

Não há nisto nada de verdadeiramente surpreendente. A guerra de classes, tipicamente desigual, tem uma longa e cruel história. No início da era do Capitalismo de Estado moderno, Adam Smith condenou os «senhores da Humanidade» do seu tempo, os «comerciantes e fabricantes» de Inglaterra, que eram «de longe os principais arquitetos» da política, e que se certificavam de que os seus próprios interesses eram «atendidos da forma que lhes era devida», por muito «nocivo» que isso pudesse ser para os outros (as maiores vítimas da sua «cruel injustiça» eram estrangeiros, mas também uma parcela significativa da população inglesa). A era neoliberal da geração anterior acrescentou o seu próprio toque a este quadro clássico, com indivíduos que ocupavam lugares de topo em economias cada vez mais monopolizadas a adquirirem o estatuto de senhores, com as gigantescas e não raras vezes predatórias instituições financeiras, com as multinacionais protegidas pelo poder do Estado e com as figuras políticas que representam amplamente os seus interesses.

Entretanto, é raro o dia em que não são divulgadas terríveis descobertas científicas acerca do progresso da destruição ambiental. Não é particularmente reconfortante ler que «nas latitudes intermédias do hemisfério Norte, as temperaturas médias estão a subir a um ritmo equivalente a uma deslocação diária de cerca de 10 metros por dia para Sul», um ritmo «cerca de 100 vezes mais rápido do que a maior parte das alterações climáticas que podemos observar no registo geológico» — e talvez 1000 vezes mais rápido, segundo outros estudos técnicos.⁴

Não menos aterradora é a ameaça de uma guerra nuclear. O bem informado ex-secretário da Defesa William Perry, longe de reclamar os dons proféticos de Cassandra, entende que «a probabilidade de uma calamidade nuclear [é] mais elevada hoje» do que aquando da Guerra Fria, período em que o impedimento de um desastre de proporções inimagináveis constituiu um quase-milagre. Entretanto, as grandes potências investem persistentemente nos seus programas de «insegurança nacional», nas palavras certas do analista da CIA de longa data, Melvin Goodman. Perry também se conta entre o grupo de especialistas que instaram o presidente

Obama a «destruir o novo míssil de cruzeiro», uma arma nuclear com uma precisão aperfeiçoada e um poder explosivo menor que poderia encorajar uma «guerra nuclear limitada» que se agravaria rapidamente, por meio de dinâmicas familiares, até ao absoluto desastre. Pior ainda, o novo míssil tem variantes nucleares e não nucleares, de maneira que «um inimigo sob ataque poderia supor o pior e reagir de forma exagerada, iniciando uma guerra nuclear». Mas é pouco razoável alimentar a crença de que o conselho será seguido, uma vez que o programa de aperfeiçoamento dos sistemas de armas nucleares planeado pelo Pentágono — que conta com um investimento de bilhões de dólares — prossegue a grande velocidade, ao mesmo tempo que as potências menores avançam em direção ao Armagedão.⁵

No meu entender, as observações prévias parecem esboçar uma aproximação razoável ao elenco das personagens principais. Os capítulos que se seguem visam explorar a questão a propósito de quem governa o mundo, analisar de que modo esses agentes procedem no cumprimento dos seus propósitos e atentar nos caminhos para os quais estes apontam — além de tentar perceber como é que as «populações subjacentes», socorrendo-me da pertinente expressão de Thorstein Veblen, poderão aspirar a vencer o poder da doutrina empresarial e nacionalista e tornar-se, nas palavras do próprio, «vivos e aptos a viver».

Não resta muito tempo.

A RESPONSABILIDADE DOS INTELLECTUAIS: UMA REVISITAÇÃO

Antes de pensarmos sobre a responsabilidade dos intelectuais, importa esclarecer a quem nos referimos.

O conceito de «intelectual», na sua aceção moderna, adquiriu particular relevância com o «Manifesto dos Intelectuais», produzido em 1898 pelos dreyfusistas, que, inspirados pela carta aberta de protesto que Émile Zola dirigiu ao presidente de França, condenava a incriminação do oficial de artilharia francês Alfred Dreyfus por traição e o subsequente encobrimento de factos por parte de elementos do exército. O posicionamento dos dreyfusistas traduz a imagem do intelectual enquanto defensor da justiça, confrontando o poder com coragem e integridade. No entanto, à data, o intelectual não era visto como tal. Uma minoria no seio das classes instruídas, os dreyfusistas foram alvo de uma implacável censura na corrente dominante da vida intelectual, em particular por figuras proeminentes que pertenciam, nas palavras do sociólogo Steven Lukes, aos «imortais da profundamente antidreyfusista Académie Française». Aos olhos do romancista, político e líder antidreyfusista Maurice Barrès, os dreyfusistas eram «anarquistas da tribuna académica». Na perspectiva de outro desses imortais, Ferdinand Brunetière, a própria palavra «intelectual» significava «uma das mais ridículas excentricidades do nosso tempo — quero eu dizer, a pretensão de fazer ascender escritores, cientistas, professores e filólogos ao estatuto de super-homens» que ousam «tratar os nossos generais como idiotas, as nossas instituições sociais como absurdas e as nossas tradições como pouco saudáveis».¹

Quem eram, então, os intelectuais? A minoria inspirada por Zola (que foi condenado à prisão por difamação e fugiu do país), ou os imortais da academia? A pergunta continua a ecoar através dos tempos, de uma forma ou de outra.

Intelectuais: duas categorias

Uma das respostas surgiu durante a Primeira Guerra Mundial, quando ilustres intelectuais de todas as correntes e esferas convergiram entusiasticamente no desígnio de apoiar os próprios Estados. No seu «Manifesto dos Noventa e Três», figuras ilustres de um dos mais esclarecidos Estados do mundo incitaram o Ocidente a «ter fé em nós! Acreditem que haveremos de travar esta guerra até ao fim como nação civilizada que somos, uma nação em relação à qual o legado de um Goethe, um Beethoven e um Kant é tão sagrado quanto os próprios corações e lares que nela habitam.»² Os seus homólogos no lado oposto das trincheiras intelectuais corresponderam-lhes ao entusiasmo pela causa nobre, mas foram mais além no autoelogio. Na revista *New Republic*, declararam que o «trabalho eficaz e decisivo em prol da guerra foi levado a cabo por [...] uma classe que deverá, em sentido abrangente, mas também livre, ser descrita como os “intelectuais”». Estes progressistas acreditavam estar a garantir que os Estados Unidos entrariam na guerra «sob a influência de um veredito moral determinado após a superior meditação dos mais ponderados membros da comunidade». Mas, na verdade, foram vítimas de maquinações do Ministério da Informação britânico, que tinha como objetivo secreto «comandar o pensamento da maior parte do mundo», mas em especial controlar o pensamento dos intelectuais progressistas norte-americanos que pudessem ajudar a incutir a febre da guerra num país pacifista.³

John Dewey mostrou-se impressionado com a grande «lição psicológica e educativa» da guerra, que provou que os seres humanos — mais precisamente, os «homens inteligentes da comunidade» — são capazes de «pegar nas questões humanas e geri-las [...]

deliberada e inteligentemente» de forma a atingir os fins almejados.⁴ (Bastaram uns anos para que Dewey passasse de intelectual responsável da Primeira Guerra Mundial a «anarquista da tribuna académica», denunciando a «imprensa não-livre» e questionando «até que ponto a liberdade intelectual e a responsabilidade social genuínas em larga escala são possíveis sob o atual regime económico».⁵)

No entanto, como é evidente, nem todos acataram as regras tão obedientemente. Figuras notáveis como Bertrand Russell, Eugene Debs, Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht foram condenados à prisão. Debs foi punido com particular severidade — uma pena de dez anos de cadeia por ter questionado a «guerra pela democracia e os direitos humanos» do presidente Wilson. Wilson recusou-se a conceder-lhe a amnistia depois de terminado o conflito, embora o presidente Harding tenha acabado por lhe perdoar parte da pena. Alguns dissidentes, como por exemplo Thorstein Veblen, foram punidos, mas tratados de forma menos dura; Veblen foi dispensado do cargo que ocupava na Administração Alimentar, depois de ter redigido um relatório no qual demonstrava que a crise de mão de obra no setor agrícola podia ser solucionada caso fosse posto fim à perseguição brutal que Wilson vinha fazendo aos sindicatos, especificamente aos Trabalhadores Industriais do Mundo. Randolph Bourne foi afastado dos jornais progressistas, depois de ter criticado a «confederação de nações benevolmente imperialistas» e os seus exaltados esforços.⁶

O padrão de louvor e punição repete-se ao longo da história: aqueles que se unem ao serviço do Estado são, por norma, louvados pela comunidade intelectual em geral, e aqueles que se recusam a unir-se ao serviço do Estado são punidos.

Nos anos mais recentes, as duas categorias de intelectuais foram distinguidas de forma mais explícita por académicos renomados. Os excêntricos ridículos são designados por «intelectuais regidos por valores», que representam «um desafio ao governo democrático que é, pelo menos potencialmente, tão sério quanto o representado no passado por cliques aristocráticos, movimentos fascistas e partidos comunistas». Entre outros delitos, estas perigosas criaturas

«dedicam-se à depreciação da liderança, ao desafio à autoridade» e inclusive ao ato de fazer frente às instituições responsáveis pela «doutrinação dos jovens». Algumas delas descem tão baixo que chegam mesmo ao ponto de duvidar da nobreza dos objetivos de guerra, como é o caso de Bourne. Esta punição dos hereges que desafiam a autoridade e a ordem estabelecida foi traduzida em papel pelos académicos da Comissão Trilateral internacionalista liberal — a Administração Carter recorreu a muitos deles — no seu estudo *The Crisis of Democracy*, dado à estampa em 1975. À semelhança dos progressistas da *New Republic*, durante a Primeira Guerra Mundial, ampliaram o conceito de «intelectual» de Brunetière para nele incluir os «intelectuais tecnocratas e de orientação política» — pensadores responsáveis e sérios que se dedicam ao trabalho construtivo de redefinição das políticas no seio das instituições estabelecidas e a assegurar que a doutrinação dos jovens segue o seu curso.⁷

O que provocou especial alarme entre os académicos da Comissão Trilateral foi o «excesso de democracia» durante o período atribulado da década de 1960, quando grupos normalmente passivos e apáticos da população entraram na arena política para manifestar as suas preocupações: minorias, mulheres, jovens, idosos, trabalhadores [...] em suma, a população, por vezes, denominada «os interesses especiais». Deverão, contudo, ser distinguidos daqueles que Adam Smith designou por «senhores da Humanidade», que são os «principais arquitetos» da política governamental e se regem pela sua «vil máxima»: «Tudo para nós e nada para os outros.»⁸ O papel dos senhores na arena política não é deplorado, nem discutido, no volume da Comissão Trilateral, presumivelmente porque os senhores representam «o interesse nacional», como aqueles que se aplaudiram a si próprios por conduzirem o país à guerra, «após a superior meditação dos mais ponderados membros da comunidade» ter determinado o seu «veredito moral».

De maneira a atenuar o peso excessivo que os interesses especiais impunham ao Estado, os trilateralistas apelaram a uma maior «moderação na democracia», a um regresso à passividade dos

menos merecedores, talvez mesmo um regresso aos dias felizes em que «Truman fora capaz de governar o país com a cooperação de um número relativamente reduzido de advogados e banqueiros de Wall Street», e ao subsequente florescimento da democracia.

Os trilateralistas podiam muito bem ter declarado estar a abraçar o intento original da Constituição, «um documento intrinsecamente aristocrático concebido para vigiar as tendências democráticas daquele período», concedendo o poder a um grupo de pessoas com «predicados superiores» e barrando «aqueles que não fossem abastados, de boas famílias ou se destacassem em virtude do exercício do poder político», nas palavras do historiador Gordon Wood.⁹ Cumpre no entanto dizer, em defesa de Madison, que devemos reconhecer que a sua mentalidade era pré-capitalista. Ao determinar que o poder deveria estar nas mãos «da riqueza da nação», «do conjunto de homens mais capazes», idealizou esses homens inspirado no modelo do «estadista esclarecido» e do «filósofo benevolente» do mundo romano imaginado. Seriam «puros e nobres», «homens de inteligência, patriotismo, propriedade e circunstâncias independentes», «cuja sabedoria discernirá superiormente o verdadeiro interesse do seu país, e cujo patriotismo e amor à justiça servirão de entrave ao seu sacrifício em nome de considerações temporárias ou parciais». Munidos desse poder, tais homens «apurariam e alargariam os horizontes da população», protegendo o interesse público dos «prejuízos» das maiorias democráticas.¹⁰ Numa linha análoga, os intelectuais progressistas wilsonianos poderão ter encontrado consolo nas descobertas das ciências comportamentais, explicadas, em 1939, pelo psicólogo e teórico da educação Edward Thorndike:¹¹

É para a Humanidade uma fortuna sem igual constatar que existe uma correlação substancial entre inteligência e moralidade, na qual se inclui a boa vontade para com o próximo [...] Consequentemente, os nossos superiores em competência são nossos benfeitores, e não raras vezes é mais seguro depositar nas suas mãos o futuro dos nossos interesses do que o confiarmos a nós próprios.

Uma doutrina reconfortante, embora possa haver quem entenda que Adam Smith era mais perspicaz.

Inverter os valores

A distinção entre as duas categorias de intelectuais oferece-nos o enquadramento que permite determinar a «responsabilidade dos intelectuais». A expressão é ambígua: refere-se à sua responsabilidade moral enquanto seres humanos dignos, em posição de fazer uso do privilégio e do estatuto de que gozam para se baterem pelas causas da liberdade, da justiça, da compaixão, da paz e outras preocupações sentimentais idênticas? Ou refere-se ao papel que deles se espera enquanto «intelectuais tecnocratas e de orientação política» que não depreciem, mas sirvam a liderança e as instituições estabelecidas? Considerando que, de uma forma geral, o poder tende a prevalecer, são os que se incluem na segunda categoria que são tidos como os «intelectuais responsáveis», ao passo que os da primeira são rejeitados ou denegridos — no próprio país, bem entendido.

No que aos inimigos diz respeito, a distinção entre as duas categorias de intelectuais mantém-se, mas com os valores invertidos. Na ex-União Soviética, os intelectuais regidos por valores eram vistos pelos norte-americanos como honrados dissidentes, estando o desdém reservado aos *apparatchiks*, e os comissários do povo aos tecnocratas e aos intelectuais de orientação política. Analogamente, no Irão, honramos os corajosos dissidentes e condenamos aqueles que defendem a instituição clerical. E o mesmo se aplica a outros países, de um modo geral.

Desta forma, o honroso termo «dissidente» é utilizado seletivamente. Como é evidente, a designação não se aplica, com as suas conotações favoráveis, aos intelectuais regidos por valores dentro do território nacional ou àqueles que lutam contra a tirania apoiada pelos EUA fora de portas. Considere-se o interessante caso de Nelson Mandela, cujo nome só foi retirado da lista oficial de terroristas do departamento de Estado em 2008, possibilitando-lhe

a deslocação aos Estados Unidos sem a necessidade de uma autorização especial. Vinte anos antes, Mandela era, segundo um relatório do Pentágono, o líder criminoso de um dos «mais conhecidos grupos terroristas» do mundo.¹² Foi por esse motivo que o presidente Reagan se viu obrigado a apoiar o regime do Apartheid, por meio da intensificação das trocas comerciais com a África do Sul, numa clara violação das sanções definidas pelo Congresso, e do apoio às depredações da África do Sul aos países vizinhos, as quais resultaram em 1,5 milhões de mortes, de acordo com um estudo da ONU.¹³ Esse foi apenas um episódio da guerra contra o terrorismo, no qual Reagan declarou combater «a praga dos tempos modernos», ou, nas palavras do secretário de Estado George Shultz, «um regresso à barbárie nos tempos modernos».¹⁴ Podemos acrescentar centenas de milhares de cadáveres na América Central e dezenas de milhares no Médio Oriente, entre outras proezas. Não será, pois, motivo de admiração que o Grande Comunicador seja venerado por académicos da Hoover Institution, que nele veem um colosso cujo «espírito parece atravessar o país, observando-nos como um caloroso e amigável fantasma»¹⁵.

O caso da América Latina é revelador. Aqueles que exigiam liberdade e justiça nesta região do planeta não são admitidos no panteão dos honrados dissidentes. Por exemplo, uma semana após a queda do Muro de Berlim, seis eminentes intelectuais latino-americanos, todos eles padres jesuítas, foram alvejados na cabeça por ordem direta do alto-comando de El Salvador. Os perpetradores pertenciam a um batalhão de elite armado e treinado por Washington que já havia deixado atrás de si um horrendo rasto de sangue e terror.

Em todo o hemisfério, os padres assassinados não são celebrados como honrados dissidentes, como não o são muitos outros que com eles partilhavam os mesmos princípios. Os honrados dissidentes são aqueles que reclamaram a liberdade em territórios inimigos na Europa Oriental e na União Soviética — e tais pensadores certamente sofreram, mas num grau que não se aproxima sequer remotamente dos seus homólogos na América Latina. Esta asserção não merece uma contestação séria; como John Coatsworth escreve

no volume *The Cambridge History of the Cold War*, desde 1960 até ao «colapso soviético em 1990, o número de prisioneiros políticos, de vítimas de tortura e de execuções de dissidentes políticos não violentos na América Latina excede amplamente o verificado na União Soviética e nos satélites do Leste europeu». Entre as vítimas de execução contaram-se muitos mártires religiosos, e também se registaram atos de chacina em massa, consistentemente apoiados ou iniciados por Washington.¹⁶

Porquê, então, a distinção? Poder-se-á argumentar que o que aconteceu na Europa de Leste é incomparavelmente mais importante do que o destino do Sul global, que esteve sempre nas nossas mãos. Seria interessante ver esse argumento explicado de forma clara e inequívoca, do mesmo modo que seria interessante sermos confrontados com o argumento que explicasse o motivo pelo qual devemos menosprezar princípios morais elementares quando pensamos no envolvimento dos Estados Unidos nos assuntos externos, por exemplo, o facto de devermos concentrar os nossos esforços onde podemos operar mais resultados benéficos — normalmente onde partilhamos responsabilidades naquilo que está a ser feito. Não temos qualquer dificuldade em exigir que os nossos inimigos sigam tais princípios.

Entre nós, são poucos os que querem — ou deveriam querer — saber o que Andrei Sakharov ou Shirin Ebadi dizem acerca dos EUA ou dos crimes israelitas; admiramo-los pelo que dizem e fazem pelos seus próprios Estados, e esta conclusão faz muito mais sentido para aqueles que vivem em sociedades mais livres e democráticas e, por conseguinte, têm mais oportunidades de agir eficazmente. É curioso notar que, nos círculos mais respeitados, a prática se traduz basicamente no oposto do que os valores morais elementares ditam.

As guerras em que os Estados Unidos estiveram envolvidos na América Latina entre 1960 e 1990, à parte os seus horrores, encerram uma duradoura relevância histórica. Considerando apenas um aspeto importante, essas guerras foram, em larga medida, contra a Igreja Católica, travadas com o intuito de esmagar uma terrível heresia proclamada no Concílio Vaticano II, em 1962. Na altura,

Papa João XXIII «inaugurou uma nova era na história da Igreja Católica», nas palavras do distinto teólogo Hans Küng, recuperando os ensinamentos dos Evangelhos que haviam sido excluídos no século IV — quando o imperador Constantino estabeleceu o Cristianismo como a religião do Império Romano, originando desse modo «uma revolução» que converteu «a igreja perseguida» em «igreja perseguidora». A heresia do Concílio Vaticano II foi prosseguida pelos bispos latino-americanos, que adotaram a «opção preferencial pelos pobres»¹⁷. E, após essa mudança, padres, freiras e leigos passaram aos pobres a mensagem pacifista radical dos Evangelhos, ajudando-os a organizarem-se de maneira a aplacarem o duro fado a que estavam sujeitos sob o domínio do poder norte-americano.

Nesse mesmo ano de 1962, o presidente John F. Kennedy tomou várias decisões cruciais. Uma delas consistiu na alteração da missão dos militares latino-americanos, que passou de «defesa hemisférica» (um anacronismo da Segunda Guerra Mundial) a «segurança interna» — no fundo, uma guerra contra a população nacional caso se insurgisse.¹⁸ Charles Maechling Jr., que liderou o plano de contrainsurgência e defesa interna entre 1961 e 1966, descreve as consequências previsíveis da decisão de 1962 como uma transição da tolerância da «rapacidade e crueldade dos soldados latino-americanos» para uma «cumplicidade direta» nos crimes por eles cometidos, para o apoio norte-americano dos «métodos dos esquadrões de extermínio de Heinrich Himmler».¹⁹ Uma iniciativa particularmente relevante foi um golpe militar no Brasil, apoiado por Washington e levado a cabo pouco depois do assassinato de Kennedy, que viria a instituir naquele país um impiedoso Estado de segurança nacional. A praga da repressão viria depois a propagar-se, englobando o golpe de 1973 que ditou o princípio da ditadura de Pinochet no Chile e, posteriormente, a mais cruel das ditaduras: a argentina — o regime latino-americano predileto de Ronald Reagan. A vez da América Central chegou (não pela primeira vez) na década de 1980, sob a liderança do «caloroso e amigável fantasma» dos académicos da Hoover Institution, hoje venerada pelos feitos alcançados.

O assassinato dos intelectuais jesuítas aquando da queda do Muro de Berlim foi o derradeiro golpe que determinou a derrota da heresia da teologia da libertação, a culminação de uma década de horror em El Salvador que teve início com o assassinato, basicamente pelas mesmas mãos, do arcebispo Óscar Romero, a «voz dos sem voz». Os vencedores da guerra contra a Igreja anunciaram a sua responsabilidade com orgulho. A Escola das Américas (posteriormente rebatizada), célebre pela preparação militar de assassinos latino-americanos, anunciou como um dos «fundamentos» que sustentavam a sua posição o facto de a teologia da libertação, iniciada no Concílio Vaticano II, ter sido «derrotada com o auxílio do exército norte-americano».²⁰

Na verdade, os assassinatos de novembro de 1989 foram *quase* um derradeiro golpe; ainda seria necessário um maior esforço. Um ano depois, o Haiti assistiu às suas primeiras eleições livres e, para surpresa e choque de Washington — que havia antecipado uma vitória fácil para o seu próprio candidato, escolhido a dedo dentre os elementos da elite privilegiada —, os cidadãos organizados dos bairros degradados e colinas elegeram Jean-Bertrand Aristide, um popular padre partidário da teologia da libertação. Os Estados Unidos apressaram-se a agir no sentido de fragilizar o governo eleito e, após o golpe militar que viria a derrubá-lo alguns meses depois, apoiou de forma musculada a violenta ditadura militarizada e os seus elementos da elite que ocuparam o poder. O comércio com o Haiti intensificou-se, numa clara violação das sanções internacionais, e cresceu ainda mais sob o mandato do presidente Clinton, que autorizou o fornecimento de petróleo da companhia petrolífera Texaco aos seus governantes criminosos, a despeito das diretivas do próprio.²¹ Abster-me-ei de comentar as vergonhosas consequências que daí advieram, amplamente analisadas noutros espaços, limitando-me a sublinhar que, em 2004, os dois tradicionais torturadores do Haiti — a França e os EUA —, acompanhados do Canadá, se empenharam numa nova intervenção hostil, raptando o presidente Aristide (que fora reeleito) e enviando-o para a África Central. No seguimento dessa operação, Aristide e o seu partido foram eficazmente impedidos de concorrer à verdadeira

farsa que foram as eleições de 2010-2011 — o mais recente episódio de uma horrenda história que teve início há centenas de anos e praticamente não ocupa lugar na consciência dos responsáveis pelos crimes, que preferem a narrativa de uma série de empenhados esforços com vista a salvar o povo sofredor do sombrio destino a que estavam fadados.

Uma outra fatídica decisão tomada por Kennedy, em 1962, foi o envio de uma missão das Forças Especiais, liderada pelo general William Yarborough, para a Colômbia. Yarborough aconselhou as forças de segurança colombianas a empreender «atividades paramilitares, de sabotagem e/ou terroristas contra destacados militantes comunistas», atividades que «seriam apoiadas pelos Estados Unidos».²² O significado da expressão «militantes comunistas» foi claramente explicado pelo respeitado presidente do Comité Permanente [Colombiano] para a Defesa dos Direitos Humanos e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Alfredo Vázquez Carrizosa, que escreveu que a administração Kennedy «envidou todos os esforços para transformar os nossos exércitos em brigadas contrainsurgência, aceitando a nova estratégia dos esquadrões da morte» e inaugurando

o que na América Latina dá pelo nome de Doutrina de Segurança Nacional. [...] [não] a defesa contra um inimigo externo, mas uma forma de transformar os agentes da instituição militar nas peças que controlam o jogo [...] [com] o direito de combaterem o inimigo interno, à semelhança do que é proposto na doutrina brasileira, na doutrina argentina, na doutrina uruguaia e na doutrina colombiana: trata-se do direito de combater e exterminar assistentes sociais, sindicalistas, homens e mulheres que não apoiem o sistema estabelecido e que se supõe serem comunistas radicais. E deste universo poderá constar qualquer pessoa, incluindo ativistas dos direitos humanos como eu próprio.²³

Vázquez Carrizosa vivia sob apertada vigilância na sua residência em Bogotá quando o visitei em 2002, no âmbito de uma missão da Amnistia Internacional, que dava início à sua campanha de um

ano com vista a proteger os defensores dos direitos humanos na Colômbia em resposta ao aterrador número de ataques contra os direitos humanos e os ativistas laborais e, sobretudo, as habituais vítimas do terrorismo de Estado: os pobres e indefesos.²⁴ Ao terror e à tortura na Colômbia somava-se a guerra química (a «fumi-gação») nas regiões rurais sob o pretexto do combate às drogas, procedimento que teve como resultado a miséria da população que aí residia e uma enorme vaga de migração dos sobreviventes para zonas urbanas degradadas. O gabinete do procurador-geral da Colômbia estima, hoje, que mais de 140 000 pessoas foram mortas por paramilitares, muitas vezes, agindo em estreita colaboração com o exército financiado pelos Estados Unidos.²⁵

Há vestígios de chacina por toda a parte. Em 2010, numa quase impassível estrada em terra batida que desembocava numa aldeia remota no sul da Colômbia, eu e o grupo de pessoas que me acompanhava passámos por uma pequena clareira pejada de cruzes rudimentares que assinalavam as campas das vítimas de um ataque paramilitar a um autocarro local. Os relatos da matança são gráficos quanto baste; o pouco tempo que passei com os sobreviventes, que se contam entre as mais generosas e compassivas pessoas que tive o privilégio de conhecer, torna o cenário mais vívido, e ainda mais doloroso.

Mas o que acabo de descrever não passa do mais ligeiro esboço dos terríveis crimes pelos quais os norte-americanos têm uma grande dose de culpa, e que poderíamos, no mínimo, ter facilmente mitigado. No entanto, é mais gratificante rejubilar com o enaltecimento da corajosa resposta aos abusos dos inimigos oficiais: uma atividade que nada tem de errado, mas que não constitui a prioridade de um intelectual regido por valores que leva a sério a responsabilidade da posição que assume.

As vítimas dentro da nossa esfera de poder, contrariamente àquelas que vivem em Estados inimigos, não são meramente ignoradas e rapidamente esquecidas, mas cinicamente insultadas. Um exemplo flagrante deste facto surgiu alguns meses depois do assassinato dos intelectuais latino-americanos em El Salvador, quando Václav Havel visitou Washington e se dirigiu à audiência

de uma sessão conjunta no Congresso. Diante da plateia fascinada que o escutava, Havel louvou os «defensores da liberdade» em Washington que «compreendiam a responsabilidade que decorria do facto de» serem «a mais poderosa nação do planeta» — afirmação em relação à qual é crucial a responsabilidade que tem pelo brutal assassinato dos seus homólogos de El Salvador, pouco tempo antes. A classe intelectual liberal ficou maravilhada com o discurso. Havel lembrou-nos de que «vivemos numa era romântica», escreveu efusivamente Anthony Lewis no *New York Times*.²⁶ Outros destacados comentadores liberais deliciaram-se com «o idealismo, a ironia, a benevolência» de Havel, que «pregou uma difícil doutrina de responsabilidade individual», enquanto o Congresso «manifestava o mais óbvio respeito» pelo seu génio e integridade e perguntava por que razão os Estados Unidos carecem de intelectuais que «elevem a moralidade acima do interesse pessoal».²⁷ Não precisamos de meditar muito sobre qual a reação espoletada acaso tivesse sido o padre Ignacio Ellacuría, o mais proeminente dos intelectuais jesuítas assassinados, a pronunciar tais palavras no Duma, depois de as forças de elite armadas e treinadas pela União Soviética assassinares Havel e meia dúzia dos seus cúmplices ideológicos — tal discurso teria sido inconcebível, como é evidente.

Uma vez que mal conseguimos divisar o que está a suceder diante dos nossos olhos, não constitui surpresa o facto de os acontecimentos a uma ligeira distância de nós serem completamente invisíveis. Eis um exemplo esclarecedor: o envio que o presidente Obama fez de 79 comandos para o Paquistão, em maio de 2011, com o propósito óbvio de concretizar o assassinato planeado do principal suspeito das atrocidades terroristas do 11 de Setembro, Osama bin Laden.²⁸ Embora o alvo da operação, desarmado e sem qualquer proteção, pudesse ter sido facilmente capturado, foi simplesmente assassinado e largado no oceano sem que nenhuma autópsia fosse realizada — uma ação «justa e necessária», como pudemos ler na imprensa liberal.²⁹ Não haveria lugar a julgamento, como aconteceu em relação aos criminosos de guerra nazis — facto que não foi ignorado pelas autoridades de outros países, que aprovaram a operação, mas se opuseram ao procedimento.

Como nos lembra a professora de Harvard, Elaine Scarry, a proibição do assassinato no Direito Internacional remonta a uma dura reprovação da prática pela voz de Abraham Lincoln, que condenou o recurso ao assassinato, apelidando-a de «proscrição internacional», em 1863, uma «afronta» que as «nações civilizadas» veem com «horror» e que merece a «mais implacável das retaliações».³⁰ Desde então, percorremos um longo caminho.

Há muito mais a dizer acerca da operação bin Laden, incluindo o facto de Washington estar disposta a ver-se confrontada com o sério risco de uma guerra de enormes proporções e inclusive com o desvio de materiais nucleares para os jiadistas, como já tive oportunidade de discutir num noutro espaço. Mas detenhamo-nos na escolha da sua nomenclatura: Operação Gerónimo. O nome foi visto como uma afronta no México e mereceu ondas de protesto por parte de grupos indígenas nos Estados Unidos, mas, aparentemente, mais ninguém se terá apercebido do facto de Obama ter associado bin Laden ao chefe índio apache que liderou a corajosa resistência do seu povo aos invasores. A escolha fortuita do nome é remanescente do à-vontade com que batizamos as nossas armas letais com nomes de vítimas dos nossos crimes: *Apache*, *Blackhawk*, *Cheyenne*. Como teríamos reagido se a Luftwaffe tivesse chamado aos seus caças «Judeu» ou «Cigano»?

A negação destes «pecados abomináveis» é por vezes explícita. Para mencionar apenas alguns casos recentes, há dois anos, num dos principais jornais da elite intelectual liberal de esquerda, o *New York Review of Books*, Russell Baker sublinhava o que aprendera com a obra do «heroico historiador» Edmund Morgan: nomeadamente, que quando Cristóvão Colombo e os primeiros exploradores chegaram à América «descobriram uma imensidão continental escassamente povoada por gente que se dedicava à agricultura e à caça [...] No ilimitado e intacto mundo que se estendia desde a selva tropical até ao Norte gelado, haveria pouco mais de um milhão de habitantes».³¹ Esse cálculo dista do real em muitas dezenas de milhões e na «imensidão» incluíam-se civilizações avançadas dispersas pelo continente. Não surgiu qualquer reacção, embora, quatro meses depois, os editores tenham publicado uma

correção, fazendo notar que se colocava a possibilidade de, na América do Norte, a população ascender aos 18 milhões de habitantes — ficando, todavia, por mencionar as dezenas de milhões de pessoas dispersas «desde a selva tropical até ao Norte gelado». Estes dados eram conhecidos há décadas — incluindo a existência de civilizações avançadas e os crimes que viriam a acontecer —, mas não suficientemente importantes para uma frase fortuita. Um ano depois, no *London Review of Books*, o notável historiador Mark Mazower mencionou o «tratamento indevido dos ameríndios» por parte dos norte-americanos, uma vez mais sem que daí surgisse qualquer comentário. Aceitaríamos a expressão «tratamento indevido» para crimes comparáveis cometidos pelos nossos inimigos?

A importância do 11 de Setembro

Se a responsabilidade dos intelectuais se refere à responsabilidade moral que têm enquanto seres humanos dignos em posição de fazer uso do privilégio e do estatuto de que gozam para apontar as causas da liberdade, da justiça, da compaixão e da paz — e para falar livre e corajosamente não apenas sobre os abusos dos nossos inimigos, mas, incomparavelmente mais importante, acerca dos crimes em que estamos implicados e que podemos atenuar ou extinguir caso seja essa a nossa opção —, se é essa a responsabilidade dos intelectuais, como devemos olhar para o 11 de Setembro?

A noção de que o 11 de Setembro «mudou o mundo» é amplamente partilhada, e é compreensível que assim seja. É inquestionável que os acontecimentos desse dia tiveram consequências de extrema relevância, nacional e internacionalmente. Uma delas foi o facto de o presidente Bush ter redeclarado a guerra contra o terrorismo anunciada por Reagan — a primeira «desapareceu» de facto, para utilizar a expressão dos assassinos e torturadores latino-americanos da nossa predileção, presumivelmente porque o que dela resultou não se apropriou à autoimagem que mais desejaríamos. Uma outra consequência foi a invasão do Afeganistão e do Iraque e, mais recentemente, intervenções militares em diversos

outros países na região, além de ameaças recorrentes de um ataque ao Irão («todas as opções estão em aberto», para fazer uso da expressão que se convencionou). Os custos foram avultados em todas as dimensões, o que sugere uma pergunta bastante óbvia, aqui colocada não pela primeira vez: Havia uma alternativa?

Um número considerável de analistas fez notar que bin Laden alcançou êxitos notáveis na sua guerra contra os Estados Unidos. «Afirmou repetidas vezes que a única maneira de afastar os EUA do mundo muçulmano e derrotar os seus sátrapas seria por meio do envolvimento dos norte-americanos numa série de pequenas, mas dispendiosas, guerras que acabariam por conduzi-los à bancarrota», escreve o jornalista Eric Margolis. «Os EUA, primeiro sob a presidência de George W. Bush e depois sob a presidência de Barack Obama, apressaram-se a cair na armadilha de bin Laden [...] Despesas militares grotescamente avultadas e dependência de dívidas [...] poderão muito bem ser o mais pernicioso legado do homem que se julgava capaz de derrotar os Estados Unidos.»³³ Segundo um relatório do Projeto das Despesas de Guerra, desenvolvido no Instituto de Estudos Internacionais Watson (Universidade de Brown), estima-se que a despesa total se situe entre os 3,2 e os 4 mil milhões de dólares. Um feito deveras assinalável de bin Laden.

O facto de Washington se apressar a cair na armadilha de bin Laden tornou-se evidente desde o início. Michael Scheuer, o principal analista da CIA responsável por descobrir o paradeiro de bin Laden entre 1996 e 1999, escreveu: «Bin Laden foi preciso no modo como declarou os motivos pelos quais está a fazer guerra contra nós.» O líder da Al-Qaeda, prosseguiu Scheuer, estava «determinado a alterar drasticamente as políticas norte-americanas e ocidentais em relação ao mundo islâmico».

E, como explica Scheuer, bin Laden foi amplamente bem-sucedido. «As forças e políticas dos EUA estão a completar a radicalização do mundo islâmico, algo que Osama bin Laden tem tentado fazer com considerável, mas incompleto, sucesso desde o início da década de 1990. Perante isso, julgo acertado concluir que os Estados Unidos da América continuam a ser

o único aliado indispensável de bin Laden.»³⁵ E possivelmente continua a sê-lo, mesmo após a sua morte.

Há boas razões para acreditar que o movimento jiadista podia ter sofrido uma rutura e um enfraquecimento depois do ataque de 11 de setembro, ato que foi duramente criticado no seio do movimento. Ademais, esse «crime contra a Humanidade», como foi apropriadamente descrito, podia ter sido tratado como um crime, do qual resultaria uma operação internacional com vista à detenção dos prováveis suspeitos. Essa possibilidade foi reconhecida imediatamente a seguir ao ataque, mas tal ideia não foi sequer alvo de ponderação por parte dos decisores em Washington. Aparentemente, a tímida proposta dos talibãs — embora não tenhamos como saber quão séria — de sujeitar os líderes da Al-Qaeda a um processo judicial não foi merecedora da mais pequena consideração.

Na altura, citei a conclusão de Robert Fisk, segundo a qual o horrendo crime de 11 de setembro foi cometido com «perversidade e assombrosa crueldade» — uma avaliação precisa. No entanto, os crimes poderiam ter sido ainda piores: suponhamos que o voo 93, interrompido por corajosos passageiros na Pensilvânia que determinaram o seu despenhamento, tinha atingido a Casa Branca, matando o presidente. Suponhamos que os perpetradores do crime haviam planeado, com sucesso, a imposição de uma ditadura militar que se traduzisse na morte de milhares de pessoas e na tortura de dezenas de milhares de indivíduos. Suponhamos que a nova ditadura instituíra, com o apoio dos criminosos, um centro de terrorismo internacional que promovesse a criação de Estados análogos, assentes na tortura e no terror, noutras regiões do globo e, qual cereja em cima do bolo, reunia uma equipa de economistas — apelidando-os de «Boys de Candaar» — que rapidamente afundasse a economia numa das piores depressões da história. Tal desfecho teria sido manifestamente pior do que o ditado pelo 11 de Setembro.

Como todos deveríamos saber, isto não é uma experiência mental. Aconteceu de facto. Refiro-me, claro está, ao que na América Latina comumente se designa por «o primeiro 11 de Setembro»:

11 de setembro de 1973, quando os Estados Unidos viram coroados de sucesso os intensivos esforços envidados para derrubar o governo democrático de Salvador Allende, no Chile, por via de um golpe militar que se traduziu na instauração do pavoroso regime do general Augusto Pinochet. Depois, a ditadura incumbiu os *Boys* de Chicago — economistas formados na Universidade de Chicago — de reformularem a economia do Chile. Considere-se a destruição económica e a tortura e os raptos, e multiplique-se o número de mortos por vinte e cinco para produzir equivalentes *per capita*, e perceber-se-á quão mais devastador foi o primeiro 11 de Setembro.

Nas palavras da administração Nixon, o objetivo da queda do governo consistia em matar o «vírus» que poderia encorajar os «estrangeiros determinados a intrujar-nos» — intrujar-nos ao tentarem assumir o controlo dos seus próprios recursos e, mais genericamente, adotar uma política de desenvolvimento independente que não era do agrado de Washington. Por detrás da conduta norte-americana estava uma conclusão a que o Conselho de Segurança Nacional de Nixon chegara: caso os Estados Unidos não fossem capazes de controlar a América Latina, não poderiam almejar «alcançar uma ordem de sucesso em nenhuma outra parte do mundo». A «credibilidade» de Washington sairia debilitada, nas palavras de Henry Kissinger.

O primeiro 11 de Setembro, contrariamente ao segundo, não mudou o mundo. Não foi «nada de particularmente relevante», assegurou Kissinger ao seu chefe alguns dias depois. E, a julgar pelo modo como figura na história convencional, as suas palavras dificilmente poderão ser contrariadas, embora os sobreviventes possam ter uma visão diferente.

Estes acontecimentos de impacto reduzido não se limitaram ao golpe militar que destruiu a democracia chilena e pôs em marcha a história de terror que se lhe seguiu. Como já foi discutido, o primeiro 11 de Setembro foi apenas um ato na dramática peça que se iniciou em 1962, quando Kennedy alterou a missão dos militares latino-americanos para «segurança interna». O terrível rescaldo também é de importância menor, o familiar padrão que se define quando a história é vigiada por intelectuais responsáveis.

Os intelectuais e as suas escolhas

Regressando às duas categorias de intelectuais, parece aproximar-se de uma proposição universal histórica o facto de os intelectuais conformistas, aqueles que apoiam os objetivos oficiais e ignoram ou racionalizam os crimes oficiais, serem honrados e privilegiados nas sociedades em que se inserem, ao passo que os intelectuais que se regem por valores são punidos de uma maneira ou de outra. O padrão remonta aos mais antigos dos registos. Foi o homem acusado de corromper a juventude de Atenas que bebeu a cicuta, do mesmo modo que os dreyfusistas foram acusados de «corromper almas e, a partir de dada altura, a sociedade como um todo», e os intelectuais regidos por valores da década de 1960 foram acusados de interferir na «doutrinação dos jovens».³⁶ Das escrituras hebraicas constam figuras que, à luz dos padrões contemporâneos, são intelectuais dissidentes, designados «profetas» na tradução inglesa. Encolerizavam sobremaneira o poder instalado com as suas análises críticas de natureza geopolítica, a condenação dos crimes perpetrados pelos poderosos, a reivindicação da justiça e a preocupação com os pobres e sofredores. O rei Ahab, o mais malévolo dos reis, acusou o profeta Elias de odiar Israel — o primeiro «judeu antissemita» ou o primeiro «antiamericano» dos homólogos modernos. Os profetas foram merecedores de um tratamento severo, contrariamente aos adutores da corte, que, mais tarde, viriam a ser condenados como falsos profetas. O padrão é compreensível. Surpreendente seria se as coisas se tivessem operado de outro modo.

No que à responsabilidade dos intelectuais diz respeito, não me parece que haja muito a dizer além de algumas verdades simples: os intelectuais são tipicamente privilegiados; o privilégio ocasiona a oportunidade, e a oportunidade confere responsabilidades. Depois, cabe a cada indivíduo fazer as suas escolhas.